

# 1º Simulado - XXX Exame de Ordem 2019

Nome: \_\_\_\_\_

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXX Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

## CARTÃO DE RESPOSTAS

<b>1</b>	A	B	C	D	<b>21</b>	A	B	C	D	<b>41</b>	A	B	C	D	<b>61</b>	A	B	C	D
<b>2</b>	A	B	C	D	<b>22</b>	A	B	C	D	<b>42</b>	A	B	C	D	<b>62</b>	A	B	C	D
<b>3</b>	A	B	C	D	<b>23</b>	A	B	C	D	<b>43</b>	A	B	C	D	<b>63</b>	A	B	C	D
<b>4</b>	A	B	C	D	<b>24</b>	A	B	C	D	<b>44</b>	A	B	C	D	<b>64</b>	A	B	C	D
<b>5</b>	A	B	C	D	<b>25</b>	A	B	C	D	<b>45</b>	A	B	C	D	<b>65</b>	A	B	C	D
<b>6</b>	A	B	C	D	<b>26</b>	A	B	C	D	<b>46</b>	A	B	C	D	<b>66</b>	A	B	C	D
<b>7</b>	A	B	C	D	<b>27</b>	A	B	C	D	<b>47</b>	A	B	C	D	<b>67</b>	A	B	C	D
<b>8</b>	A	B	C	D	<b>28</b>	A	B	C	D	<b>48</b>	A	B	C	D	<b>68</b>	A	B	C	D
<b>9</b>	A	B	C	D	<b>29</b>	A	B	C	D	<b>49</b>	A	B	C	D	<b>69</b>	A	B	C	D
<b>10</b>	A	B	C	D	<b>30</b>	A	B	C	D	<b>50</b>	A	B	C	D	<b>70</b>	A	B	C	D
<b>11</b>	A	B	C	D	<b>31</b>	A	B	C	D	<b>51</b>	A	B	C	D	<b>71</b>	A	B	C	D
<b>12</b>	A	B	C	D	<b>32</b>	A	B	C	D	<b>52</b>	A	B	C	D	<b>72</b>	A	B	C	D
<b>13</b>	A	B	C	D	<b>33</b>	A	B	C	D	<b>53</b>	A	B	C	D	<b>73</b>	A	B	C	D
<b>14</b>	A	B	C	D	<b>34</b>	A	B	C	D	<b>54</b>	A	B	C	D	<b>74</b>	A	B	C	D
<b>15</b>	A	B	C	D	<b>35</b>	A	B	C	D	<b>55</b>	A	B	C	D	<b>75</b>	A	B	C	D
<b>16</b>	A	B	C	D	<b>36</b>	A	B	C	D	<b>56</b>	A	B	C	D	<b>76</b>	A	B	C	D
<b>17</b>	A	B	C	D	<b>37</b>	A	B	C	D	<b>57</b>	A	B	C	D	<b>77</b>	A	B	C	D
<b>18</b>	A	B	C	D	<b>38</b>	A	B	C	D	<b>58</b>	A	B	C	D	<b>78</b>	A	B	C	D
<b>19</b>	A	B	C	D	<b>39</b>	A	B	C	D	<b>59</b>	A	B	C	D	<b>79</b>	A	B	C	D
<b>20</b>	A	B	C	D	<b>40</b>	A	B	C	D	<b>60</b>	A	B	C	D	<b>80</b>	A	B	C	D

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

**Questão 1**

Rosemito e Tortuguita resolvem constituir uma sociedade de advogados especializada na área trabalhista, registrando-a no conselho Seccional da OAB de São Paulo, sede da sociedade. Assim, acerca do tema sociedade de advogados, assinale a alternativa correta.

- A) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos.
- B) As procurações devem ser outorgadas a sociedade que os advogados fazem parte, de forma coletiva e genérica.
- C) Os advogados podem integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- D) Na sociedade pluripessoal, o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

**Questão 2**

Paulo Sousa, advogado, pretende renunciar ao mandato em que foi constituído para defender os interesses de Priscilinha contra Sanchez, em processo já instaurado.

No entanto, a constituinte apresenta instabilidade emocional e intervém constantemente na atuação de Paulo, o que inviabilizou a sua manutenção no processo. Acerca do tema, renúncia, assinale a alternativa correta.

- A) O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.
- B) O advogado não pode renunciar ao mandato, quando já constituído no processo.
- C) O advogado pode renunciar ao mandato, sendo que somente continuará a representar o mandante, em caso de comprovada urgência, e pelo prazo de cinco dias.
- D) Quando o cliente afirmar urgência, o advogado, que tiver renunciado ao processo, deverá continuar a sua atuação até que se cesse a urgência verificada.

**Questão 3**

O advogado Aloprado da Silva exerce suas atividades em um escritório no Estado de Minas Gerais, território em que ele estabeleceu o seu domicílio profissional. Dr. Aloprado da Silva, no entanto, também patrocinará seis causas no Estado do Espírito Santo dentro de um ano.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) A inscrição principal de Aloprado da Silva deve ser realizada no Conselho Seccional de Minas Gerais. Além da principal, Aloprado da Silva deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.
- B) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Aloprado da Silva requeira inscrição suplementar, neste caso.
- C) De acordo com o Estatuto, a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo será facultativa.
- D) Com a inscrição no Conselho Seccional de Minas Gerais, Aloprado da Silva poderá patrocinar até 7 causas em outros estados.

**Questão 4**

Paulo Periquito concluiu com louvor seu curso de Direito em dezembro de 2018, na renomada e conhecidíssima Universidade Federal de Cafundó do Judas.

Paulo Periquito com extremo regozijo recebeu a notícia no dia 13/02/2019 de que havia sido aprovado na segunda fase do Exame de Ordem. Diante disso, ligou imediatamente para a Reitoria da Universidade para questionar sobre a entrega de seu Diploma de Graduação. De acordo com a Secretária que o atendeu, o referido Diploma somente seria entregue no mês de agosto de 2019.

A respeito da inscrição no quadro de advogados, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Sem apresentar o diploma não é possível realizar a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados.
- B) Se Paulo Periquito tiver uma declaração do Reitor da Universidade, é possível realizar a inscrição, mesmo sem apresentar o diploma e o histórico escolar.
- C) No caso de recém-formados, como é o caso de Paulo Periquito, é possível fazer a inscrição somente com o

certificado de conclusão de curso. O diploma juntamente com o histórico escolar podem ser apresentados em até 12 mês após a conclusão do curso de Direito.

D) Conforme dispõe o Regulamento Geral da OAB, na falta do Diploma de conclusão do curso, Paulo Periquito deve apresentar a certidão de graduação em direito e cópia autenticada do histórico escolar.

### Questão 5

A advogada Lindalva foi presa em flagrante por furto de um objeto no interior de um sexshop.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Lindalva tem direito a ter sua prisão comunicada expressamente à seccional da OAB.

B) Lindalva tem o direito à presença de representante da OAB, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade.

C) O auto de prisão em flagrante de Lindalva é nulo, mesmo havendo a comunicação expressa à Seccional da OAB.

D) Lindalva só poderia ser presa em flagrante neste caso com a presença do representante da OAB e em caso de crime inafiançável.

### Questão 6

Considere que Ricardo Vale é gerente do Banco Milionários S.A. Igor Maciel é prefeito de Teresina (PI), sendo o mais votado na história do município. Diego Cerqueira é policial militar no Rio de Janeiro e integra o BOPE. Os três são advogados e pretendem praticar atividades privativas de advocacia.

Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

A) Não há impedimentos ou incompatibilidades para que Ricardo Vale continue na gerência no Banca Milionários S.A. e ainda continue advogando.

B) Diego Cerqueira, como PM, ou seja, servidor público, pode advogar, apenas estando impedido de exercer a advocacia contra o Estado.

C) Ricardo Vale, Igor Maciel e Diego Cerqueira, de acordo com o Estatuto da Advocacia, exercem funções incompatíveis com a advocacia.

D) Não há impedimento para Igor Maciel atuar como advogado, uma vez que ser chefe do Poder Executivo Municipal não é considerado atividade incompatível com a advocacia. Seria caso de incompatibilidade se Igor Maciel fosse chefe do Poder Executivo Federal, apenas.

### Questão 7

O famoso advogado Paulo Sousa, sócio de renomado escritório de advocacia em Brasília viola, sem justa causa, sigilo profissional. Neste caso, Paulo cometeu infração disciplinar, sujeitando-se à sanção

A) de censura.

B) de suspensão.

C) de advertência.

D) de exclusão.

### Questão 8

Moisés, advogado renomado e com 30 anos de experiência, apresenta requerimento tendo o seu pleito sido indeferido pelo Presidente da Seccional.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, cabe recurso ao

A) Conselho Seccional da OAB.

B) Conselho Federal da OAB.

C) Presidente do Conselho Federal da OAB.

D) Presidente do Tribunal de Ética da OAB.

## FILOSOFIA DO DIREITO

### Questão 9

Quanto ao Jusnaturalismo, marque a assertiva CORRETA:

A) O jusnaturalismo teológico ou medieval tem como principais defensores os estoicistas.

B) A ideia de que as leis naturais são inatas à condição do homem e reveladas pela razão se liga ao jusnaturalismo moderno.

C) O jusnaturalismo ideonômico prega que a noção de justiça está dentro do sujeito, em suas ideias, modelo defendido por Platão.

D) Para o jusnaturalismo cosmológico os direitos naturais são estabelecidos por Deus.

### Questão 10

No texto curto "Cinco minutos de Filosofia do Direito", Gustav Radbruch estabelece suas teses, as quais viriam a influenciar todo o modelo pós-positivista. Quando a essa obra, é CORRETO afirmar:

A) Em que pese o conteúdo seja importante, a análise da lei remanesce apenas no âmbito da validade.

B) Direito pode ser tudo aquilo que é útil ao povo.

C) O direito injusto perde a qualidade de direito.

D) Direito é a vontade de justiça.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 11

Segundo o artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: "A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação de poderes não tem Constituição". Sobre a separação dos poderes no Brasil, enquanto técnica para a limitação do poder, é correto afirmar que:

A) A função legislativa é uma atribuição concedida exclusivamente ao Poder Legislativo, como garantia ao regime democrático.

B) As normas elaboradas pelos Poderes Legislativo e Executivo podem sofrer limitações pelo Poder Judiciário, no âmbito de sua atuação típica de controlar a constitucionalidade ou legalidade das normas do sistema.

C) Os Poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário devem respeitar estritamente a divisão de funções, não havendo a possibilidade de um Poder exercer atipicamente funções destinadas a outro Poder.

D) A função jurisdicional é atribuição privativa do Poder Judiciário, porém é possível dizer que o Poder Executivo, no exercício do poder disciplinar, faz uso também da função jurisdicional.

### Questão 12

Fernando, Policial, no caminho de casa após o fim do expediente, percebeu que uma criança de aparentemente 10 anos estava sendo cruelmente espancada por um adulto, no interior de uma casa, no período da noite. Com base no sistema constitucional, assinale a alternativa correta com relação a atitude de Fernando

A) Pode entrar na casa, ainda que contra a vontade do morador e realizar a prisão do adulto que estava espancando a criança.

B) Deve chamar reforço policial, que deve solicitar um mandado ao poder judiciário para ingressar na casa contra a vontade do morador.

C) Deve pedir a um advogado para solicitar um mandado judicial, objetivando ingressar na casa contra a vontade do morador.

D) Seria possível ingressar na casa contra a vontade do morador, para interromper a agressão, apenas durante o dia.

### Questão 13

No segundo ano de seu segundo mandato consecutivo, Roberta, governadora do estado Beta, após um casamento de 10 anos, se divorciou. Seu marido, Marcos, não exercia cargo eletivo, porém sempre teve o desejo de concorrer ao cargo de Senador. Diante da separação, ele se filiou ao partido político adversário ao de Roberta. Porém, o partido solicita que em vez de candidatar-se ao Senado Federal, apresente candidatura ao cargo de governador do estado Beta, de forma que iria suceder à Roberta, sua ex-mulher. Diante no exposto, assinale a alternativa correta.

A) Diante do divórcio, é possível que Marcos se candidate ao cargo de governador do estado Beta, pois segundo o STF a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade.

B) Não há qualquer impedimento para que Marcos concorra ao cargo de governador do estado Beta.

C) Marcos não poderia candidatar-se ao cargo de governador do estado beta, diante da inelegibilidade reflexa, mas não há impedimento ao cargo de senador, tendo em vista que a inelegibilidade alcança apenas cargos do executivo.

D) A inelegibilidade reflexa alcança Marcos, logo, não poderia se candidatar ao cargo de Senador ou Governador, por ser inelegível no território de jurisdição do titular do cargo.

### Questão 14

João, Presidente da República, e na qualidade de chefe do Poder Executivo, editou um decreto alterando a composição do órgão federal com a intenção de extinguir cargos vagos. Com relação ao ato normativo editado, é possível afirmar que:

A) está de acordo com o texto constitucional, que somente permite a edição de decreto autônomo que trate sobre a organização e funcionamento da Administração Federal.

B) se insere na expressão do poder normativo do Chefe do Poder Executivo, previsto no texto constitucional, visto que se limitou a extinguir cargos vagos.

C) ultrapassa os limites de competência do Chefe do Executivo, invadindo matéria reservada à lei, já que os decretos do Executivo são destinados apenas a dar fiel execução às leis, não sendo permitido tratar de conteúdo autônomo.

D) está dentro da competência regulamentar do Chefe do Executivo, visto que se limitou a extinguir cargos vagos, diferente da matéria de organização administrativa, que precisa ser tratada por meio de lei.

### Questão 15

Com o objetivo de diminuir as exigências referentes ao exercício de iniciativa popular para projetos de lei, 120 Deputados Federais apresentam uma PEC (proposta de emenda à constituição). A proposta é discutida e votada nas duas casas do Congresso Nacional e aprovada por maioria absoluta dos Deputados e Senadores nos dois turnos de votação. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) A PEC é constitucional no aspecto material e formal.
- B) A PEC apresenta inconstitucionalidade formal apenas com relação ao fato de não ter sido apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara de Deputados.
- C) A PEC deveria ter sido apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara de Deputados e aprovada por 4/5 dos membros de cada casa do Congresso Nacional.
- D) A PEC deveria ter sido apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara de Deputados e aprovada por 3/5 dos membros de cada casa do Congresso Nacional.

### Questão 16

Em janeiro de 2019, a mídia noticiou uma violenta chacina ocorrida no Estado X. Centenas de crianças e mulheres foram torturadas e assassinadas em uma comunidade de baixa renda, onde havia suspeita de trabalho escravo. Foi aberto um inquérito policial para a investigação dos fatos. Após um mês dos fatos descritos, as autoridades mantiveram-se inertes, demonstrando clara omissão quanto ao caso. Por outro lado, os meios internacionais de comunicação deram grande relevância ao caso, afirmando que o Estado X é incapaz de assegurar a proteção aos direitos humanos assegurados em tratados internacionais dos quais o Brasil é um país signatário. De acordo com o sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Diante da clara violação dos direitos humanos é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. Apenas o Presidente da República pode suscitar a aplicação do instituto.
- B) Diante da clara violação dos direitos humanos é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. Apenas o Procurador Geral da República pode suscitar a aplicação do instituto.
- C) Diante da clara violação dos direitos humanos é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. O Procurador Geral da República e o Presidente da República podem suscitar a aplicação do instituto.

D) Não é possível o deslocamento de competência no caso apresentado.

### Questão 17

Com o objetivo de submeter todas as decisões proferidas em controle abstrato pelo STF ao crivo do Congresso Nacional, foi aprovada uma PEC (proposta de Emenda à Constituição). O Diretório Regional de um Partido Político do Estado Gama resolveu questionar a PEC por meio de medida judicial objetiva no STF.

- A) A PEC é constitucional e o Diretório Regional não é legitimado para propor medida judicial objetiva no STF.
- B) A PEC é inconstitucional do ponto de vista material e o Diretório Regional é legitimado para propor medida judicial objetiva no STF.
- C) Há inconstitucionalidade material na PEC e o Diretório Regional não é legitimado para propor medida judicial objetiva no STF.
- D) Não há inconstitucionalidade na PEC e o Diretório Regional é legitimado para propor medida judicial no STF.

## DIREITOS HUMANOS

### Questão 18

Marcelinho, de 7 anos de idade, morador de uma grande favela do Rio de Janeiro, estava brincando com seus colegas na porta de sua casa quando foi atingido por um disparo de arma de fogo da polícia militar que perseguia um traficante de drogas escondido nas proximidades.

Os familiares de Marcelinho logo o socorreram, levando-o para o hospital mais próximo que, por falta de materiais, não conseguiu socorrer o garoto que veio a óbito.

Inconformados, os pais de Marcelinho lhe procuraram, na qualidade de advogado(a), pedindo que você leve o caso para imediato julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Questiona-se: o que você, na qualidade de advogado(a), deve informar a família?

- A) Apesar de você achar uma causa muito nobre, é necessário o peticionamento de uma ação indenizatória contra o Estado para que se possa submeter o caso à decisão da Corte.
- B) Apesar de você achar uma causa muito nobre, é necessário o trânsito em julgado de uma ação indenizatória contra o Estado para que se possa submeter o caso à decisão da Corte.
- C) Apesar de você achar uma causa muito nobre, é necessário o julgamento em segunda instância de uma ação indenizatória contra o Estado para que se possa



submeter o caso à decisão da Corte.

D) Apesar de você achar uma causa muito nobre, não é possível a família encaminhar o caso à Corte diretamente, pois somente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os Estados-Partes do Pacto de San José da Costa Rica pode submeter um caso à decisão da Corte.

### Questão 19

Acerca do sistema global de proteção dos direitos humanos, marque a alternativa incorreta:

A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.

B) De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, não serão considerados trabalhos forçados ou obrigatórios aqueles que façam parte das obrigações cívicas normais.

C) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial não é aplicável às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Membro entre cidadãos e não-cidadãos.

D) Os Estados-Partes da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher se comprometeram a conceder bolsas e acesso aos programas de educação supletiva em maior número para compensar as desigualdades passadas.

## DIREITO INTERNACIONAL

### Questão 20

O Estatuto de Roma, em 2002, instituiu um dos marcos do Direito Internacional Humanitário, que foi a criação de um tribunal transnacional, responsável pelo julgamento de indivíduos pela prática de crimes contra a humanidade, de genocídio, de guerra e de agressão. Assinale a alternativa que identifica o tribunal em questão:

A) Tribunal Internacional Permanente de Justiça, a cuja criação o Brasil não tenha manifestado adesão.

B) Corte Internacional dos Direitos Humanos, a cuja criação o Brasil tenha manifestado adesão.

C) Tribunal Permanente de Crimes de Guerra, a cuja criação o Brasil não tenha manifestado adesão.

D) Tribunal Penal Internacional, a cuja criação o Brasil tenha manifestado adesão.

### Questão 21

Em 1987, o engenheiro brasileiro Antonio de Sousa imigrou à Itália para trabalhar em uma empresa

multinacional. Lá, conheceu e casou-se com a arquiteta Elsa Penetti. Dessa relação nasceu, no ano de 2001, Salvatore de Sousa na cidade de Palermo, Itália, localidade de onde Elsa é natural.

Quando de seu nascimento, Salvatore somente foi registrado perante o registro civil italiano. Agora, tendo em vista o seu futuro, questiona-se do seu direito de ser reconhecido como brasileiro. Salvatore busca, então, um escritório especializado, a fim de obter melhores informações sobre como obter a nacionalidade brasileira. Assinale, dentre os itens abaixo, a opção que você, como advogado, apresentaria nos termos da legislação pátria vigente:

A) Salvatore deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.

B) Salvatore não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.

C) Salvatore possui direito à nacionalidade brasileira, mas, ainda que a obtenha, não será considerado brasileiro nato.

D) Salvatore não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço da República Federativa do Brasil.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 22

Determinado bairro do Município X sofreu graves enchentes e deslizamentos de terra em razão de fortes chuvas ocorridas na região. Tal situação ocasionou vários transtornos a toda a população, e muitos habitantes do local ficaram desabrigados. Considerando essa situação, o Poder Legislativo do Município X aprovou lei concedendo moratória de IPTU a todos os moradores daquele bairro. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

A) O Município não pode conceder moratória, pois esse benefício fiscal só pode ser concedido pela União.

B) O Município não pode conceder moratória somente para os contribuintes daquele bairro, pois isso afronta o constitucionalmente consagrado Princípio da Isonomia Tributária.

C) O Município não pode conceder moratória, pois esse benefício fiscal só pode ser concedido pelos Estados.

D) O Município pode conceder a moratória limitando expressamente a sua aplicabilidade à determinado bairro do seu território.

### Questão 23

João recebeu citação em Processo de Execução Fiscal para o pagamento do IPTU do exercício de 2016.

Procurou imediatamente um Advogado, que percebeu a ausência, no título executivo extrajudicial (CDA – Certidão de Dívida Ativa), de informações acerca da origem e natureza do crédito, bem como da disposição da lei em que está fundado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a CDA:

- A) Não possui qualquer vício de nulidade.
- B) Possui um vício de nulidade insanável.
- C) Possui um vício de nulidade, mas tal vício pode ser sanado até a decisão de primeira instância, mediante substituição ou emenda (correção) da CDA, devolvendo-se ao executado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- D) Possui um vício de nulidade, mas tal vício pode ser sanado a qualquer momento, mediante substituição ou emenda (correção) da CDA, devolvendo-se ao executado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

#### Questão 24

João e Pedro decidiram abrir, como sócios, uma barbearia. Eles nunca elaboraram o contrato social, não têm inscrição da sociedade no CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas e também não têm cadastro da empresa junto ao Município onde ela é estabelecida. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) O Município onde a sociedade está estabelecida não detém competência para a cobrança do ISS sobre os serviços prestados pela Barbearia.
- B) Não é devido qualquer tributo pela Barbearia, pois ela ainda não tem personalidade jurídica, de modo que o imposto sobre as suas atividades deve ser exigido dos sócios, pessoas físicas.
- C) O Município pode exigir o cumprimento das obrigações acessórias ou deveres instrumentais da Barbearia, mas não o cumprimento das obrigações principais.
- D) A Barbearia é contribuinte de todos os tributos incidentes sobre a sua atividade, pois a capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

#### Questão 25

O Município Alfa instituiu, por meio de lei, uma taxa de coleta de lixo domiciliar que tem como fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse de bem imóvel situado na área urbana do Município e como base de cálculo o valor venal do imóvel. Não há na lei instituidora dessa taxa qualquer outro critério que componha ou especifique o seu fato gerador. Sobre a hipótese, com

base nos elementos apresentados, é correto afirmar que essa taxa é:

- A) Inconstitucional porque há integral identidade entre o seu fato gerador e sua base de cálculo relativamente a um imposto.
- B) Ilegal, mas é constitucional.
- C) Não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
- D) É constitucional.

#### Questão 26

Em regular procedimento de fiscalização, a União, por meio da Receita Federal do Brasil, autuou a empresa XPTO pelo não recolhimento fraudulento do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do exercício de 2016. A multa punitiva aplicada foi de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto devido e não pago em razão da fraude, e a multa moratória aplicada foi de 30% (trinta por cento) sobre o imposto não pago na data do vencimento. Tanto a multa punitiva quanto a multa moratória e os seus percentuais estavam previstas em lei. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) Não houve afronta ao constitucionalmente consagrado Princípio da Vedação ao Confisco, pois tal princípio só é aplicável aos tributos e não às multas tributárias, que podem ser confiscatórias, haja vista o caráter pedagógico da punição.
- B) Houve afronta ao constitucionalmente consagrado Princípio da Vedação ao Confisco, pois, apesar de a Constituição Federal de 1988 prescrever que é vedado utilizar um tributo com efeito de confisco, esse princípio deve ser aplicado também às multas tributárias.
- C) A cobrança simultânea de multa punitiva e multa moratória é ilegal, pois configura bis in idem.
- D) A cobrança simultânea do tributo e da multa é ilegal, pois a cobrança da multa elide a cobrança do tributo.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### Questão 27

Maria é servidora pública federal e vem recebendo, de boa-fé, há 10 anos um benefício remuneratório ilegal. Ocorre que recentemente foi informada da pretensão da União de instaurar processo administrativo para retirar seu benefício. Maria o(a) procura em seu escritório para resolver o problema. Constitui argumento eficiente a ser utilizado para impugnar a pretensão da União:

- A) a revogação pode ser decretada tanto pela Administração quanto pelo Judiciário.

- B) a anulação tem eficácia prodrômica e proativa.
- C) a Administração tem o prazo de 5 anos para anular seus atos defeituosos.
- D) a anulação tem como motivo um fato superveniente que altera o juízo sobre conveniência e oportunidade na manutenção do ato administrativo primário.

### Questão 28

A Cidade de Guarulhos, por meio de alguns de seus agentes públicos, invadiu um imóvel pertencente a João Ricardo das Couves iniciando a construção de uma escola municipal. Tal esbulho possessório não foi precedido de qualquer ato jurídico específico. Sobre a situação específica do imóvel do proprietário, é correto afirmar, em favor de João Ricardo, que:

- A) o caso pode ser enquadrado como espécie de tombamento de uso, cabendo ao particular ser indenizado se houver comprovação de prejuízo.
- B) ao particular lesado resta somente a possibilidade de propor ação indenizatória por desapropriação indireta.
- C) trata-se de uma desapropriação por zona, reconhecida pela legislação brasileira como instituto legítimo.
- D) o proprietário pode ingressar com ação reivindicatória para discutir em juízo o domínio do bem.

### Questão 29

Antônio herdou uma casa localizada na região histórica do Pelourinho em Salvador. Ao se informar sobre as condições do imóvel, soube que a casa não pode ser reformada sem autorização do Poder Público, deve-se preservar a fachada e sequer é possível alterar a cor externa do imóvel. Antônio quer conhecer as demais características desse seu imóvel. Sobre o instituto descrito acima e suas características jurídicas é correto afirmar que:

- A) o tombamento é irregular na medida em que tombamento somente pode incidir sobre móveis.
- B) o proprietário do bem, na verdade, passou a ser o Poder Público, e não Antônio
- C) trata-se de um tombamento, que não interfere no domínio do bem, permitindo que o proprietário onere o bem com penhor, hipoteca e outros gravames.
- D) o proprietário não pode vender o bem livremente.

### Questão 30

Pedro Paulo integra a comissão de licitações de um Ministério Federal. Conhecedor da Lei 10520/02 (Lei do Pregão), Pedro Paulo sabe que na citada lei o uso pregão

é facultativo em face das demais modalidades. Entretanto, foi recentemente informado por colegas de que o caráter facultativo do Pregão não se aplicaria ao Ministério onde trabalha. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta acerca da obrigatoriedade ou não do Pregão especificamente na unidade de atuação onde Pedro Paulo atua:

- A) por força de decreto presidencial, é obrigatório o uso do pregão nas licitações federais.
- B) o uso do pregão é facultativo em relação às demais modalidades.
- C) o pregão pode ser utilizado para contratação de bens e serviços simples.
- D) por força de decreto presidencial, deve-se dar preferência pelo pregão presencial.

### Questão 31

Marta é assessora parlamentar de um vereador no Município de Bugalhadadas. Recebeu de seu chefe a seguinte ordem "Dra. Marta, esboce um projeto de lei a ser apresentado pelo vereador para instituição do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, com natureza de autarquia com regime especial". Insegura sobre qual tipo de entidade deveria ser criada, Marta o(a) procura em seu escritório pedindo orientação. Diante disso, assinale a alternativa que indique uma entidade descentralizada capaz de atender à solicitação do chefe de Marta:

- A) agências executivas
- B) fundações públicas
- C) associações públicas
- D) agências reguladoras

### Questão 32

A Cidade de Tangamandápio enfrenta grave problema com construções irregulares de prédios comerciais, colocando em risco a segurança da população. O prefeito o(a) procura em seu escritório interessado em contratar um plano de ação, com medidas administrativas e legislativas, capazes de normatizar, em caráter geral, o exercício do direito de construir na cidade. Marque a alternativa que indica o instrumento de Direito Administrativo mais apropriado para atender a pretensão do cliente:

- A) promoção de desapropriação;
- B) efetivação de ocupação temporária;
- C) operações urbanas consorciadas;
- D) utilização de medidas pertencentes ao âmbito do poder de polícia.



## DIREITO AMBIENTAL

### Questão 33

Caso o estado de São Paulo e o estado de Minas Gerais pretendam construir 300 km de rodovia pavimentada que venha a cortar uma unidade de conservação de uso sustentável criada pela União e incluída no território de ambos os estados, mas com a maior área localizada em São Paulo, a competência para o licenciamento ambiental será:

- A) dos dois estados, que deverão atuar de forma conjunta.
- B) da União.
- C) do estado de São Paulo, que contém a maior área ocupada pela Unidade de Conservação.
- D) da União, dos estados de São Paulo e de Minas Gerais e dos Municípios cortados pela rodovia.

### Questão 34

Vazamento de proporções gigantescas provocado pela ruptura de reservatório de petróleo atingiu o litoral brasileiro causando grandes danos à fauna e flora, além de impactos sociais e econômicos.

Neste caso, considerando as normas referentes ao licenciamento ambiental e à responsabilidade ambiental:

- A) O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.
- B) Se a empresa tiver licença ambiental válida, a empresa poderá continuar suas atividades e o órgão ambiental não poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação.
- C) A responsabilidade civil por dano ambiental dependerá da comprovação de culpa.
- D) A empresa não poderá ser responsabilizada criminalmente.

## DIREITO CIVIL

### Questão 35

Laís e Jucelino optam por assinar um pacto antenupcial, preenchendo todos os requisitos legais, no qual estabelecem o regime de separação absoluta de bens. Contudo, acabam por adiar a celebração civil do casamento para viajar pelo Brasil e a solenidade não ocorre na data estabelecida.

Após retornarem da viagem, decidem não mais realizar o casamento e passam a morar juntos. Após sete anos

ininterruptos de união estável, Laís pretende dissolver a relação familiar e aplicar o pacto antenupcial, com o objetivo de não dividir os bens adquiridos – em sua totalidade, por ela – durante todo o período da união.

Nessas circunstâncias, o pacto antenupcial é

- A) válido e ineficaz.
- B) válido e eficaz.
- C) inválido e ineficaz.
- D) inválido e eficaz.

### Questão 36

Nathalia ganhou uma cachorrinha de presente de aniversário e, quando foi ingressar no condomínio onde reside, foi barrada pelo síndico.

Nathalia mostrou que a cachorrinha não oferecia qualquer risco, além de apresentar a carteira de vacinação, comprovando que a filhote não tinha qualquer doença que pudesse apresentar risco ao condomínio.

O síndico, por sua vez, se mostrou irredutível, argumentando, para tanto, que as normas internas do condomínio proibiam, de forma genérica, a presença e a criação de quaisquer animais domésticos em suas dependências.

De acordo com o caso apresentado, qual alternativa representa o entendimento recente dos tribunais acerca do tema?

- A) A conduta do síndico está correta. A proibição é direito do condomínio, devendo estar expressamente prevista em Convenção aprovada por maioria absoluta dos condôminos.
- B) A conduta do síndico está equivocada. O condomínio não tem qualquer legitimidade de proibir a criação de animais domésticos nas unidades residenciais, podendo, contudo, proibir completamente o acesso destes às áreas comuns.
- C) A conduta do síndico está equivocada. O condomínio não pode restringir, de forma genérica, que moradores tenham animais domésticos nas unidades residenciais, podendo apenas prever restrições quando os bichos de estimação apresentarem risco à segurança, higiene ou à saúde dos demais moradores.
- D) A conduta do síndico está equivocada. Conforme previsão expressa do código civil, ao proprietário e ao inquilino é garantido o gozo irrestrito da posse e propriedade do imóvel. Logo, não caberia qualquer regulamentação por parte do condomínio, restringindo este direito.

### Questão 37

Marina comprometeu-se com Rafaela a transferir um apartamento que possui no Rio de Janeiro.

Contudo, incluiu uma cláusula especial no contrato firmado, prevendo que a transferência somente ocorreria caso a referida cidade viesse a sediar, no no ano seguinte, a Corrida de Fórmula 1. Depois de realizado o negócio, todavia, ficou decidido pela organização do evento que a Copa não mais seria realizada no Rio de Janeiro, mas em São Paulo, por questões estruturais.

Sobre a incidência de tais regras, assinale a afirmativa correta.

- A) Rafaela tem somente expectativa de direito à aquisição do imóvel, uma vez que há uma condição na cláusula especial.
- B) Há mera expectativa de direito à aquisição do imóvel por parte de Rafaela, pois a cláusula especial tem natureza jurídica de termo.
- C) Prevista uma condição na cláusula especial, Rafaela tem direito adquirido à aquisição do imóvel.
- D) Rafaela tem direito adquirido à aquisição do imóvel, pois a cláusula especial configura um termo.

### Questão 38

Larissa procurou sua prima, Luciana, oferecendo a ela R\$ 650.000,00 por uma fazenda que Luciana possuía no interior do Mato Grosso do Sul.

Sabendo da antipatia que Jurassir, atual locatária da fazenda, nutria por Luciana, e com medo de que ele pudesse e viesse a cobrir a oferta, Larissa propõe a Luciana que fizesse constar na escritura o dobro do valor real da negociação, na tentativa de inibir Jurassir de exercer seu direito de preferência.

Realizado nesses termos, o negócio:

- A) é ineficaz, em razão de fraude contra credores, inoponíveis seus efeitos perante Jurassir.
- B) é viciado por erro, que somente pode ser alegado por Jurassir, no prazo de dois anos a contar da assinatura do contrato de compra e venda firmado por Larissa e Luciana.
- C) é nulo em virtude de simulação, o que pode ser suscitado por qualquer interessado.
- D) pode ser anulado no prazo decadencial de três anos, haja vista que caracterizada a simulação do negócio jurídico.

### Questão 39

Manoel e Roberto são casados pelo regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, o casal adquiriu onerosamente uma casa no interior de São Paulo e Roberto herdou um sítio de seu pai. Roberto morre deixando, além de Manoel, Beatriz, filha recém adotada pelo casal, de sete anos.

Sobre os direitos de Manoel, segundo os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) Manoel é herdeiro do apartamento, em concorrência com Beatriz.
- B) Manoel é meeiro no apartamento e herdeiro do sítio, em concorrência com Beatriz.
- C) Manoel é herdeiro do apartamento e do sítio, em concorrência com Beatriz.
- D) Manoel é meeiro no sítio e herdeiro do apartamento, em concorrência com Beatriz.

### Questão 40

Cirilo, deputado eleito pelo Distrito Federal, apresentou um projeto de lei intitulado "estatuto da família", visando instituir política pública de valorização da família.

Contudo, no texto do projeto de lei, há a previsão de diretrizes que restringem a unidade familiar ao núcleo formado por um homem e uma mulher – em união estável ou na constância do casamento –, sendo este, portanto, o direcionamento dado ao Governo do Distrito Federal na implementação do texto legal.

Ao tomar conhecimento da propositura do Projeto de Lei, a Ordem dos Advogados do Brasil protocolou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, questionando o referido Projeto de Lei com relação à restrição ao conceito de núcleo familiar.

Com base nos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) De acordo com previsão expressa do Código Civil, o Distrito Federal possui competência para legislar sobre matérias de Direito Civil. Contudo, a restrição expressa sobre o conceito de Família confronta o texto Constitucional.
- B) O projeto de Lei em vigor desrespeita o entendimento firmado pelo STF quanto à ampliação do conceito de família, com a finalidade de abarcar as pessoas e famílias com casamento ou união estável em formato diferente da composição heterossexual, sendo, portanto, inconstitucional.
- C) Não há qualquer violação ao entendimento do STF ou à interpretação ampliada da disposição do Código Civil acerca do tema, uma vez que restrição apresentada no projeto de lei traz apenas uma conceituação sociológica,

sem qualquer validade legal objetivando restringir o acesso de outras constelações familiares.

D) O projeto de lei está de acordo com a literalidade do Código Civil, não cabendo, portanto, qualquer alegação de incompatibilidade ou inconstitucionalidade quanto à restrição ao conceito de família.

### Questão 41

Alvaro, fazendeiro, decide empenhar uma vaca leiteira para iniciar um negócio, acreditando que, com o sucesso do empreendimento, conseguirá recuperar o animal penhorado.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Se a vaca falecer, ainda que por descuido do credor, Alvaro poderá ter a dívida executada judicialmente pelo credor pignoratício.

B) Caso o credor pignoratício perceba que, devido a uma doença que subitamente atingiu a vaca, sua morte está próxima, o Código Civil permite a sua venda antecipada, mediante prévia autorização judicial, situação que pode ser impedida por Alvaro por meio da sua substituição.

C) Se Alvaro não quitar sua dívida com o credor pignoratício, o penhor estará automaticamente extinto e, declarada sua extinção, poder-se-á proceder à adjudicação judicial da vaca.

D) As despesas advindas da alimentação e outras necessidades da vaca, desde que devidamente justificadas, consistem em ônus do credor pignoratício, uma vez que este se tornou responsável pelo animal após a concretização do penhor.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Questão 42

Filomena cuida do neto Zé desde o nascimento do garoto, em razão do falecimento de sua filha, mãe do menor, durante o parto. Marcos, pai biológico do menor, apenas lhe registrou, mas nunca teve qualquer contato com a criança. Acontece que, agora a criança conta com 8 anos de idade e o pai, repentinamente, entrou em contato com Filomena para informá-la de que deseja ficar com a criança.

Diante dessa situação, Filomena lhe procurou para prestar auxílio sobre qual a ação indicada para regularizar definitivamente o direito à convivência familiar de Filomena com Zé. Assinale a resposta que você, na qualidade de advogado, deverá fornecer:

A) Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Tutela.

B) Ação de Suspensão do Poder Familiar cumulada com Guarda.

C) Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Guarda.

D) Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Adoção.

### Questão 43

Joaquim, com 12 anos de idade completos, é temido em seu bairro por praticar atos infracionais análogos aos de roubo e de furto. Mês passado, Joaquim ao praticar novo ato infracional roubo, foi surpreendido com gritos da vítima e, com medo de ser apreendido, Joaquim fez 5 disparos de arma de fogo contra a vítima que morreu na hora. Próximo do local havia uma viatura da Polícia Militar que perseguiu Joaquim e o apreendeu em flagrante pela prática de ato infracional análogo a latrocínio.

A família de Joaquim então lhe procurou para que você preste consultoria sobre seu quadro jurídico. Deste modo, assinale a opção correta.

A) Você, na qualidade de advogado, deve informar à família que é possível que Joaquim seja condenado a medida de internação, pois ele praticou ato infracional com ameaça e violência contra pessoa, sendo indiferente na espécie que este não possua qualquer condenação anterior transitada em julgado.

B) Você, na qualidade de advogado, deve informar à família que a medida socioeducativa de internação será incabível contra Joaquim, pois este não é reincidente em infrações graves.

C) Você, na qualidade de advogado, deve informar que Joaquim, mesmo privado de sua liberdade, pode ser entrevistado pessoalmente pelo representante do Ministério Público, mas não tem direito de peticionar diretamente a este.

D) Você, na qualidade de advogado, deve esclarecer que à criança Joaquim não pode ser aplicada medida socioeducativa, mas, tão somente, medida de proteção.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

### Questão 44

Rosilda, universitária fissurada em moda, passa o dia navegando na internet pesquisando novas tendências e estilos. Há cerca de três meses, Rosilda encontrou uma bolsa recém lançada por uma famosa marca no site pic&aretas.com, por um preço irresistível.

Imediatamente Rosilda passou seu cartão de crédito e comprou a bolsa em 3 prestações sem juros.

No dia 05/08/2019, segunda feira, Rosilda recebeu a

encomenda em sua casa e já postou no Instagram o novo apetrecho.

Todas as suas amigas curtiram. A bolsa realmente era muito bonita, com uma qualidade impecável e o preço foi bastante atrativo.

Mas, após perceber que Valter – um antigo crush - visualizou a publicação e não curtiu, Rosilda ficou desgostosa da aquisição e o procura hoje, 10/08/2019, buscando uma alternativa para desistir da compra.

Diante de tal circunstância, assinale a alternativa que possui o correto posicionamento sobre o caso.

A) A compra realizada por Rosilda já ultrapassou o prazo decadencial de 90 dias, razão pela qual não cabe o direito à troca do produto, ainda que este apresente algum vício.

B) As compras online não são reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor, editado na década de 90, razão pela qual Rosilda precisa valer-se do Código Civil para solução do seu problema.

C) Rosilda apenas poderia se arrepender e pedir a devolução do dinheiro acaso o produto apresentasse algum vício oculto ou aparente.

D) Rosilda possui o direito de arrepender-se da aquisição, independentemente de qualquer justificativa, cabendo ao site pic&aretas.com devolver todo o dinheiro por ela gasto, inclusive eventual frete.

#### Questão 45

Jason, aluno de Educação Física da Universidade Federal do Estado DELTA, participa ativamente das atividades extracurriculares propostas pelos professores.

Em uma destas, uma partida de futebol de confraternização, Jason sofreu uma ruptura do ligamento cruzado do joelho direito, causada por um "carrinho" aplicado por um colega de classe conhecido por Júnior Ignorante.

Imediatamente levado ao hospital, Jason foi operado pelo médico James.

Porém, nem tudo ocorreu como esperado: o tratamento foi malsucedido, e Jason, por considerar que ficou inabilitado para o trabalho por longo período de tempo em razão da ineficiência e da má qualidade do serviço prestado pelo médico, pretende ajuizar demanda contra o profissional de saúde, requerendo reparação civil.

No caso concreto,

A) a responsabilidade do profissional médico é subjetiva, em razão do vício do serviço;

B) James responderá objetivamente pelos danos causados a Jason, em razão da falha na prestação do serviço médico hospitalar, decorrente de um vício no

serviço.

C) para que James possa ser responsabilizado pelos danos causados a Jason, a vítima precisará demonstrar em juízo o ato praticado, o dano sofrido, o nexo de causalidade entre ambos e, ainda, eventual conduta dolosa ou culposa do profissional médico.

D) para que James possa ser responsabilizado pelos danos causados a Jason, a vítima apenas precisará demonstrar em juízo o ato praticado, o dano sofrido e o nexo de causalidade entre ambos, sendo desnecessária a demonstração de eventual conduta dolosa ou culposa do profissional médico.

### DIREITO EMPRESARIAL

#### Questão 46

A Empresa Telesforense Ltda distribuiu um pedido de falência contra a empresa Maguila Mito artigos Íntimos Ltda, sendo o processamento deferido pelo juiz. A empresa Maguila Mito deve apresentar contestação no prazo de:

A) 15 dias a contar da intimação do devedor;

B) 60 dias a contar da publicação da petição falimentar;

C) 5 dias a contar da garantia do juízo;

D) 10 dias a contar da citação do devedor.

#### Questão 47

A Sociedade Comercial Beta S/A tem o seu capital social dividido em ações, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao preço de emissão das respectivas ações subscritas ou adquiridas. O seu funcionamento está sob o controle fiscalizador e comando econômico das autoridades governamentais. Com base na lei das Sociedades por Ações, assinale a opção INCORRETA:

A) As S/A têm seu capital dividido em Ações, cada ação representa uma fração do capital de uma S/A, sendo este capital limitado no preço da emissão. A empresa só emite a ação com autorização da CVM.

B) A sociedade anônima terá seu patrimônio comunicável com o individual de cada um de seus sócios.

C) As ações das S/A quanto à natureza dos seus direitos podem ser: Ações Ordinárias ou Comuns, Preferenciais ou Fruição ou de Gozo.

D) Quanto à forma, as ações são emitidas pelas S/A podem ser: Nominativas, com ou sem valor nominal ou Ações Escriturais.

### Questão 48

A Empresa individual de responsabilidade limitada MULEKE PIRANHA EIRELI., titularizada por Cristiano Rodrigues o consulta sobre a possibilidade de afastamento da expressão "EIRELI" ao final do nome, apenas para a fachada da empresa.

- A) A hipótese não é possível, já que o nome é personalíssimo.
- B) A hipótese é possível já que a EIRELI pode se utilizar de firma ou denominação.
- C) É medida possível já que não se trata de Nome Empresarial, mas título do estabelecimento e inclusive pode ser alienada em um contrato de trespasse.
- D) O titular não pode alienar o título do estabelecimento, já que personalíssimo.

### Questão 49

A marca é:

- A) protegida por 10 anos a contar da concessão.
- B) improrrogável.
- C) protegida nas mesmas condições do nome tridimensional.
- D) é protegido por 15 anos a contar do registro marcário.

### Questão 50

A respeito do cheque, é CORRETO afirmar:

- A) Cheque prescrito não pode, em hipótese alguma, ser protestado no cartório de protesto de títulos de crédito, sob pena de o apresentante responder civilmente por ato ilícito, podendo, assim, ser obrigado a reparar danos materiais e morais do emitente.
- B) Cabe ao tabelião de protesto, devendo ele investigar a ocorrência da prescrição do cheque lhe apresentado a protesto, a fim de evitar a ocorrência de danos ao emitente e de responder, solidariamente, pela sua reparação.
- C) Tendo em vista que o cheque é ordem de pagamento à vista, sendo considerada não escrita qualquer menção ou cláusula contratual em contrário (Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985), nenhum dano sofrerá o emitente, caso o beneficiário apresente o cheque pré-datado (ou pós-datado, como preferem alguns) à cobrança antes da data nele prevista para pagamento.
- D) De acordo com o enunciado 503 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 51

Charlotte vendeu uma mesa antiga a Miranda, mas não efetuou o pagamento na forma e prazo combinado. Charlotte, inconformada, lhe contratou para patrocinar a causa em que visa o pagamento. Considerando as regras de cumprimento de sentença e de execução, assinale a alternativa correta.

- A) Suponha que Charlotte possua apenas o cheque emitido por Miranda. Neste caso, você deverá informar a ela que é inviável a execução por título extrajudicial, devendo-se ajuizar inicialmente uma ação de conhecimento.
- B) Suponha que nos autos da ação de conhecimento Miranda foi condenada por litigância de má-fé. Você, na qualidade de advogado, executará a multa nos próprios autos.
- C) A existência de título executivo extrajudicial por Charlotte impede a propositura de ação judicial visando o reconhecimento da mesma obrigação contida no título.
- D) Caso Miranda dificulte a realização da penhora, escondendo os bens na casa de seus parentes, você, na qualidade de advogado, nada poderá fazer, pois é uma modalidade de defesa comum na execução pelo réu.

### Questão 52

Samantha prestou um concurso público para o Estado da Bahia. Contudo, durante uma das fases, foi eliminada por uma interpretação considerada, por ela, ilegal. Samantha lhe procurou para, na qualidade de advogado, impetrar mandado de segurança contra ato do Governador do Estado da Bahia. O Tribunal de Justiça Estadual julgou a ação, no exercício de competência originária, denegando-se a segurança.

Questiona-se: qual é o recurso que você deverá interpor contra esta decisão?

- A) Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- B) Mandado de Segurança ao Superior Tribunal de Justiça.
- C) Recurso Ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- D) Mandado de Segurança ao Supremo Tribunal Federal.

### Questão 53

Clark e Bruce se desentenderam gravemente. Clark, então, lhe contrata para patrocinar uma ação contra Bruce para obter indenização por danos morais. Após o trâmite regular da demanda, o juiz resolverá o mérito na sentença quando



- A) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual de Clark.
- B) caso Clark faleça e a ação seja considerada intransmissível por disposição legal.
- C) decidir, de ofício, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- D) reconhecer a existência de coisa julgada.

#### Questão 54

Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

- A) Proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas.
- B) Que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
- C) Que julgar totalmente procedentes os embargos à execução fiscal, não se aplicando à hipótese de procedência parcial.
- D) Proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações e sociedades de economia mista.

#### Questão 55

Isis, que é proprietária de imóvel situado em Foz do Iguaçu/PR, foi informada por seu vizinho que o imóvel fora invadido. Diante desta notícia, Isis intentou ação de reintegração de posse em desfavor do invasor, na circunscrição judiciária de Curitiba/PR, domicílio do réu, tendo o juízo recebido a inicial. Citado, o réu lhe contratou para patrocinar sua defesa. Você, na qualidade de advogado do réu deve

- A) Aduzir a incompetência absoluta do juízo, por meio de preliminar na contestação.
- B) Aduzir a incompetência relativa do juízo, por meio de preliminar na contestação.
- C) Suscitar a incompetência absoluta do juízo, por meio de exceção de incompetência.
- D) Suscitar a incompetência relativa do juízo, por meio de exceção de incompetência.

#### Questão 56

Luciana contratou Toninho para pintar seu apartamento, por meio de um contrato de prestação de serviço. Toninho não cumpriu a obrigação acordada, não obstante diversas tratativas de solução consensual. Diante desta situação,

Luciana promoveu uma ação pelo rito monitorio. Ao ser citado, Toninho ofereceu embargos à monitoria com as seguintes teses:

- Preliminar: rito da monitoria é inadequado para se buscar o cumprimento de obrigação de fazer.
- Mérito: exceção de contrato não cumprido.
- Reconvenção: cobra valores que diz serem devidos.

Com base nestas informações, assinale a alternativa correta.

- A) A preliminar apontada por Toninho nos embargos deve ser acolhida, pois é vedado pleitear cumprimento de obrigação de fazer por intermédio de ação monitoria.
- B) A reconvenção deve ser rejeitada, em virtude do descabimento dessa forma de resposta em ação monitoria.
- C) A preliminar indicada por Toninho não deve prosperar, tendo em vista que é possível veicular em ação monitoria cumprimento de obrigação de fazer.
- D) A forma correta de oferecer defesa em ação monitoria é via contestação, sendo assim, os embargos ofertados por Toninho devem ser rejeitados.

#### Questão 57

A respeito da execução de título extrajudicial, assinale a alternativa correta.

- A) A necessidade de simples operações aritméticas para apurar o crédito exequendo não retira a liquidez da obrigação constante do título executivo.
- B) Recaindo mais de uma penhora sobre o mesmo bem, os exequentes perderão o seu título de preferência.
- C) Feita a partilha, cada herdeiro responde solidariamente pela totalidade das dívidas do falecido, dentro das forças da herança.
- D) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação por arbitramento quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

### DIREITO PENAL

#### Questão 58

Paulo, depois de esgotar todos os meios disponíveis para chegar à consumação da morte de Joao, resolve desistir da empreitada criminosa e atua em sentido contrário, evitando a produção do resultado morte inicialmente por ele pretendido. Nessa hipótese, configura-se:

- A) desistência voluntária

- B) arrependimento eficaz.
- C) crime impossível.
- D) arrependimento posterior.

### Questão 59

Suponha que, em troca de tiros com policiais, certo traficante atinja o soldado A, e o mesmo projétil também atinja o transeunte B, provocando duas mortes. Nesse caso, ainda que não tenha pretendido matar B, nem aceito sua morte, o atirador:

- A) responderá por dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal imperfeito.
- B) responderá apenas por um homicídio, pois não agiu com dolo em relação ao segundo.
- C) responderá por dois homicídios dolosos, pois a hipótese é de concurso material.
- D) responderá pelos dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal perfeito.

### Questão 60

Alguns agentes sequestram a mulher e os dois filhos de "A", gerente de banco, e exigem que este os auxilie em um roubo que farão contra a agência bancária em que trabalha. Com o escopo de proteger a sua família, "A" acaba auxiliando tais indivíduos no referido roubo. Entretanto, nesse caso "A" deverá ser absolvido, em virtude da existência de causa excludente da:

- A) ilicitude do fato, consistente no estado de necessidade de terceiros.
- B) ilicitude do fato, consistente na legítima defesa de terceiros.
- C) culpabilidade do agente, consistente na inimputabilidade.
- D) culpabilidade do agente, consistente na inexigibilidade de conduta diversa.

### Questão 61

Rodrigo, indignado com a recusa de Fátima em aceitar seu amor, comparece a uma delegacia e, perante a autoridade policial, declara, mentirosamente, que sua colega de trabalho, casada, honesta, cometeu adultério consigo, durante recente viagem conjunta de serviço. Qual crime cometeu Rodrigo?

- A) calúnia (Art.138 CP)
- B) difamação. (Art.139 CP)
- C) injúria. (Art.140 CP)

- D) denúncia caluniosa.(Art.339 CP)

### Questão 62

Plínio obrigou Joana, com idade de 13 anos a praticar com ele sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Plínio levou Joana até a beira de um rio, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou no rio para que morresse afogada e não pudesse noticiar o fato à polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Plínio?

- A) Estupro seguido de morte (crime preterdoloso).
- B) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em concurso material.
- C) Estupro e homicídio qualificado em concurso material.
- D) Homicídio qualificado sendo que o Estupro fica absorvido.

### Questão 63

Jacinto induziu Jacobino, portador de oligofrenia por idiotia, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, Jacobino se atirou de um prédio e milagrosamente sofreu apenas lesões corporais leves em razão da queda. Jacinto responderá pela prática do crime de:

- A) induzimento ao suicídio na modalidade consumada.
- B) lesões corporais leves.
- C) induzimento ao suicídio na modalidade tentada.
- D) homicídio tentado.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 64

À luz da lei que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A competência do juizado será determinada pelo local da prática da conduta descrita no tipo penal.
- B) A citação será pessoal e se fará no próprio juizado.
- C) O instituto da transação penal pode ser concedido pelo juiz sem a anuência do Ministério Público.
- D) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

### Questão 65

Um agente da Polícia Federal praticou um crime no interior de uma autarquia federal, no exercício de suas funções. Você, como advogado desse policial, toma ciência de que o processo dele tramita perante a 1ª Vara Criminal Estadual daquela Comarca. As decisões já proferidas por este juiz estadual serão:

- A) inexistentes
- B) absolutamente nulas
- C) relativamente nulas, pois a parte não alegou tal vício na 1ª oportunidade.
- D) apenas irregulares, diante do monopólio estatal de resolução conflitos e da amplitude dos princípios da Jurisdição Penal.

### Questão 66

Acerca da Lei das Organizações Criminosas – Lei n. 12.850/2013, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Requer a associação de 3 ou mais pessoas:
- B) É dispensável a estabilidade e a permanência para a sua caracterização.
- C) O agente infiltrado não pode ser levado em conta como membro do grupo para se obter o número legal mínimo de integrantes.
- D) Tem por finalidade a obtenção de vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais (crimes e contravenções penais) cujas penas máximas sejam superiores a 2(dois) anos, ou de caráter transnacional.

### Questão 67

O Presidente da República, através de suas redes sociais, toma ciência de que foi agredido por escrito por um dissidente político, com os seguintes dizeres: " Você é um idiota". Consternado, o Presidente deverá pedir auxílio, em busca da responsabilidade criminal de seu agressor e da instauração da ação penal correspondente, para:

- A) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- B) o Ministro da Justiça.
- C) o Gabinete da Presidência da República.
- D) o Advogado de sua confiança para ajuizamento de queixa-crime.

### Questão 68

A Lei Maria da Penha (11.343/06), após 13 anos de vigência, consolidou alguns entendimentos. Acerca da

matéria, assinale a alternativa CORRETA:

- A) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- B) Será aplicável o princípio da insignificância nos crimes contra a mulher em que a lesão for de natureza levíssima
- C) A lei somente criminaliza a violência física, violência emocional e violência psicológica.
- D) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, exige-se a coabitação entre autor e vítima.

### Questão 69

Trata-se de modalidade ilícita de prisão em flagrante

- A) Flagrante diferido.
- B) Flagrante ficto .
- C) Flagrante esperado.
- D) Flagrante preparado.

## DIREITO DO TRABALHO

### Questão 70

André Ferreira foi contratado pela empresa "Vida Loka" Ltda. para exercer a função de atendente, e foi avisado por seu empregador, de pronto, acerca da grande possibilidade de crescimento profissional. No entanto, depois de cinco anos laborando na função, a qual foi contratado, o empregador resolveu realizar algumas alterações contratuais, dentro dos regramentos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Neste sentido, no que se refere ao contrato individual de trabalho e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- A) Mesmo em caso de necessidade de serviço, o empregador não poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato.
- B) As despesas resultantes da transferência do empregado correrão por sua única e exclusiva conta.
- C) Ao empregador é permitido transferir o empregado, mesmo sem a anuência deste, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do domicílio dos empregados.
- D) Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.

### Questão 71

André Ferreira foi contratado pela empresa "Vida Loka" Ltda. para exercer a função de atendente, e foi avisado por seu empregador, de pronto, acerca da grande possibilidade de crescimento profissional. No entanto, depois de cinco anos laborando na função, a qual foi contratado, o empregador resolveu realizar algumas alterações contratuais, dentro dos regramentos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Neste sentido, no que se refere ao contrato individual de trabalho e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- A) Mesmo em caso de necessidade de serviço, o empregador não poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato.
- B) As despesas resultantes da transferência do empregado correrão por sua única e exclusiva conta.
- C) Ao empregador é permitido transferir o empregado, mesmo sem a anuência deste, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do domicílio dos empregados.
- D) Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.

### Questão 72

Fernandinho empregado da empresa "Casamentos&Alegrias" há dez anos, toma conhecimento, por seus colegas de trabalho, de que talvez seja dispensado por seu empregador no próximo mês, caso a grave crise financeira continue assolando a empresa. Nesta situação, o empregado pensa em resguardar o seu emprego tornando-se cipeiro.

Assim, acerca da estabilidade dos membros da CIPA, assinale a opção correta.

- A) O empregado que tiver registrado a candidatura e sido eleito membro da CIPA durante a vigência de contrato de experiência não terá o direito à estabilidade.
- B) A extinção do estabelecimento, onde o empregado eleito membro da CIPA trabalhe, não acarreta a extinção da estabilidade, visto que o empregado terá direito ao recebimento de todas as garantias até o final da projeção do seu mandato.
- C) Terão direito à estabilidade os membros da CIPA eleitos representantes dos empregados e dos empregadores, sejam eles titulares ou suplentes.
- D) Em regra, a estabilidade dos membros da CIPA permanece até o final do mandato, ainda que o

empregado renuncie ao cargo de membro da CIPA.

### Questão 73

No ato da celebração de um Contrato Individual de Trabalho, entre Zé do Alho e "Star Eventos" Ltda., foi pactuado um acordo individual escrito, prevendo a possibilidade de prorrogação e compensação da jornada de trabalho pelo sistema do banco de horas. Considerando as disposições contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,

- A) o acordo não é válido, pois a compensação pelo sistema do banco de horas deve ser ajustada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- B) o acordo é desnecessário, pois a prorrogação e compensação da jornada independem da anuência do empregado.
- C) o acordo é válido, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- D) o acordo é válido, mas a compensação por este sistema deve ser efetuada dentro do mesmo mês em que houve a prorrogação.

### Questão 74

Junior Dig Dig Joy foi contratado pela empresa "Vamos Pular" Ltda., por contrato de prazo determinado de dezoito meses, com termo prefixado, para execução de serviço de natureza transitória, com remuneração mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso,

- A) Junior, após o término do contrato de dezoito meses, poderá ser novamente contratado por novo contrato a prazo determinado, com fundamento em atividade empresarial transitória, mesmo antes do prazo de seis meses, pois o término do primeiro contrato ocorreu por expiração do termo prefixado.
- B) se Junior desligar-se imotivadamente do contrato por prazo determinado, com ou sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, deverá indenizar o empregador do valor correspondente à remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- C) se no contrato por prazo determinado houve cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, o empregador que resolver desligar o empregado deverá conceder aviso-prévio, observada a proporcionalidade com o tempo de serviço, mas se o desligamento partir do empregado, deverá indenizar o empregador dos prejuízos que resultarem deste fato, que não poderá exceder ao valor do aviso-prévio que teria direito.
- D) se o desligamento imotivado feito por Junior no contrato a termo e sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, após cinco meses de

prestação de trabalho, resultou prejuízos para o empregador na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), deverá indenizá-lo no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

### Questão 75

Rubão Souza Cruz é atendente na Academia "Fortes de Guerra" S/A, desde novembro de 2017, sendo que em dezembro de 2018, teve ciência que as suas férias seriam agendadas para serem gozadas em março de 2019. Nesta situação, visando planejar melhor as suas férias, o empregado opta por requerer ao seu empregador o adiantamento de seu 13º salário. No tocante aos aspectos legais 13º salário, assinale a alternativa correta:

- A) O décimo terceiro salário é um direito assegurado aos empregados urbanos, rurais, domésticos e não aos trabalhadores avulsos.
- B) O décimo terceiro salário será pago entre os meses de fevereiro e outubro de cada ano.
- C) O empregador estará obrigado a pagar o adiantamento referente ao 13º salário, no mesmo mês, a todos os seus empregados.
- D) O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

### Questão 76

No que também aos aspectos legais introduzidos pela reforma trabalhista, observa-se que a execução trabalhista poderá ser promovida pelas partes, ou de ofício pelo magistrado do trabalho

- A) apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- B) sempre que a parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.
- C) sempre que for parte os órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- D) quando a reclamada for massa falida ou empresa em recuperação judicial.

### Questão 77

Determinada empresa pública municipal, "XPTO", exploradora de atividade econômica, interpôs recurso ordinário, no décimo sexto dia útil após a intimação da sentença, ao qual foi negado seguimento pelo magistrado do trabalho, sob o fundamento de intempestividade e ausência do depósito recursal.

Considerando a situação proposta, é possível afirmar que o juiz do trabalho

- A) agiu equivocadamente, pois todas as empresas públicas gozam de prazo em dobro para interpor recursos no âmbito processual trabalhista.
- B) agiu equivocadamente, pois a empresa pública municipal em questão goza das mesmas prerrogativas da Fazenda Pública, no âmbito processual trabalhista.
- C) agiu equivocadamente, pois não se exige das empresas públicas exploradoras de atividade econômica o depósito recursal.
- D) agiu corretamente, pois a empresa pública municipal em questão deveria ter respeitado o prazo de oito dias úteis e não estava desobrigada do depósito recursal.

### Questão 78

Denis Corujão, dispensado sem justa causa, tem muitas horas a receber e resolve tentar negociá-las com o empregador, pois não tem pretensão de ajuizar reclamação trabalhista em face do mesmo. Após algumas semanas de negociação Denis e o empregador chegam a um consenso, fazendo um acordo para pagamento das horas extras em cinco parcelas. Visando a segurança para ambos, resolvem utilizar-se do processo de jurisdição voluntária para homologação do acordo extrajudicial entabulado, sendo que

- A) a representação por advogado nesse caso é desnecessária, tendo em vista que a negociação do acordo foi feita diretamente pelas partes.
- B) a petição de homologação do acordo interrompe o prazo prescricional em relação às horas extras nela especificadas.
- C) o acordo será apresentado em petição conjunta, que será analisada pelo juiz no prazo de cinco dias a contar de sua distribuição.
- D) o juiz analisará o acordo no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

### Questão 79

A ex-empregada, Corujinha, ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa XPTU Ltda., de forma a obter provimento totalmente procedente, sem que a parte contrária recorresse, e, tão logo, se operasse o trânsito em julgado. Nesta situação, iniciada a fase de liquidação de sentença, após a elaboração da conta de liquidação, o juiz do trabalho

- A) poderá abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação.



B) poderá abrir às partes o prazo comum de oito dias para impugnação.

C) deverá abrir às partes o prazo comum de oito dias para impugnação

D) deverá determinar a penhora dos bens do executado para fins de garantia da execução.

### **Questão 80**

O Juiz da Vara do Trabalho de Gramado agendou uma audiência para o dia 16 de fevereiro de 2019 às 15h30. Manu, reclamante na ação trabalhista, e a empresa "Gotas de Amor" S.A., em face de quem Manu ingressou com o pleito, compareceram à audiência com seus respectivos advogados no horário agendado. O juiz, por sua vez, somente chegou à audiência na referida data às 16h. Assinale a alternativa que apresenta como as partes devem proceder nessa situação, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A) Ao Juiz é permitido chegar a qualquer tempo, considerando ser o mesmo quem irá presidir a audiência, devendo as partes aguardar sua chegada.

B) Se o Juiz não houver comparecido até 20 (vinte) minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

C) Se o Juiz comparecer à audiência com até 30 (trinta) minutos de atraso após a hora marcada, as partes têm o dever de estarem aguardando o juiz para o início da audiência, devendo o atraso constar do livro de registro das audiências.

D) Se o Juiz não houver comparecido até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.